

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

Relatório da Reunião Conjunta de Diretoria Colegiada e Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão

Data da reunião: 13 de junho de 2025

Tipo de Reunião: () Ordinária (X) Extraordinária

Pauta da reunião:

- 1 – Readequação da PAAD 2025, compatibilização com as metas do Contrato de Gestão e as demandas do CBH
- 2– Apreciação do Projeto Piloto de Restauração de Mata Ciliar na APA de Macaé de Cima

Diretora Presidente: Maria Inês Paes Ferreira

Diretor Vice-Presidente: Affonso Henrique de Albuquerque

Relator: Thiago Cardoso

Membros da Diretoria Presentes:

Maria Inês Paes Ferreira	Instituto Federal Fluminense
Affonso Henrique de Albuquerque	EMATER-Rio
Bernard Vecci	Águas de Nova Friburgo S.A.
Jolnnye Rodrigues Abrahão	Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
José Eduardo Carramenha	Terminal Portuário de Macaé
Katia R. S. C. de Albuquerque	BIOACQUA
Thiêrs Porfírio	Instituto Visão Social

Convidados:

Adriana Saad	CILSJ
Thiago Cardoso	CILSJ
Cláudia Magalhães	CILSJ
Daniele Pereira	CILSJ
Fernanda Hissa	CILSJ

RELATÓRIO

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1. A Sra. Maria Inês informou que a plenária do dia 27 de junho seria muito longa, com 4 horas e meia de duração. Ela mencionou sobre o formulário sugerido pela CTEACOM para divulgação do GT Juventudes. O Sr. Thiêrs esclareceu que a sugestão do formulário veio da Sra. Thayná, baseada em experiências anteriores. A contribuição dele foi ter incluído no formulário de inscrição uma autorização para uso de imagem dos participantes. A Sra. Maria Inês concordou com a ideia e compartilhou que adotou a mesma prática em seus questionários de pesquisa,

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

incluindo a opção de autorizar ou não a divulgação de dados em trabalhos acadêmicos. A Sra. Maria Inês mencionou sobre a minuta da resolução do aumento do Preço Público Unitário (PPU). Ela argumentou que o aumento do PPU ficaria para submissão em 2026, então não haveria urgência. O Sr. Thiêrs concordou, sugerindo que a prioridade são os eventos atuais e as adequações orçamentárias. O Sr. Affonso discordou e insistiu que o assunto era urgente e deveria ser levado à plenária. A Sra. Maria Inês propôs adiar o debate do PPU para uma reunião extraordinária, pois: 1) A minuta não havia sido analisada pelo jurídico; 2) O debate levaria tempo e os usuários precisariam analisar a proposta e 3) A plenária já estava com muitos pontos de pauta e a equipe de suporte ficaria sobrecarregada.

1. O Sr. Affonso sugeriu adiar a reunião do GT Cobrança, pois só faria sentido se a resolução de aumento do PPU fosse para a plenária. A Sra. Maria Inês rebateu, dizendo que a reunião do GT seria necessária para fechar o texto e enviá-lo para o jurídico. O Sr. Affonso argumentou que o jurídico não discute valores, apenas a estrutura da resolução, e temeu que a oportunidade de aumentar o PPU em junho, a data limite, fosse perdida. A Sra. Maria Inês reiterou que o texto não estava pronto e que a equipe de apoio não teria como fechar tudo até o horário de término da reunião. O Sr. Affonso insistiu, pois o amplo debate com os usuários seria importante. A Sra. Maria Inês mencionou que o Fórum de Usuários já estava convocado para o dia 16 com uma pauta única e questionou se o debate sobre o PPU poderia ser incluído.
1. O Sr. Bernard reportou uma dificuldade crítica: o substituto que estava sendo encaminhado para a vaga na diretoria, o Sr. Reginaldo, declinou devido a novos "desafios internos" em sua empresa. O Sr. Bernard estava enfrentando dificuldades para encontrar outro usuário para a substituição, mencionando que os usuários estavam com muitas frentes nas empresas e que ele tentou, sem sucesso, envolver a representante da Rio + Saneamento. Ele questionou a Sra. Maria Inês se seria possível postergar a reunião do Fórum de Usuários ou se era regimentalmente aceitável seguir com a diretoria desfalcada, já que o setor não dispunha de dois representantes no momento. A Sra. Maria Inês respondeu que o Fórum de Usuários não precisava ter pauta única, apenas a eleição da Plenária exigia este item. Ela sugeriu incluir o aumento do PPU na pauta do Fórum dos Usuários no dia 16 de junho, juntamente com a recomposição da diretoria. Essa estratégia, em um fórum virtual, poderia mobilizar mais os usuários. Ela tranquilizou o Sr. Bernard de que, se nenhum usuário quisesse participar da diretoria, não haveria impedimento regimental para a diretoria seguir com cinco membros, embora o prejuízo fosse do próprio segmento (usuários). O Sr. Affonso e Sra. Maria Inês entenderam que um novo diretor precisaria ser titular e ter conhecimento do comitê, e o Sr. Affonso lamentou a dificuldade em engajar os pequenos pescadores.
1. A Sra. Maria Inês propôs uma condução para o assunto do PPU: manter o ponto na plenária do dia 27 de junho e, para atender ao prazo de junho do CERHI, o GT Cobrança fecharia o texto da resolução na reunião do dia 13/06/2025 (treze de junho de dois mil e vinte e cinco). O texto

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

então seria enviado aos usuários e ao jurídico simultaneamente após o encerramento da CTIL, mesmo que o prazo do jurídico fosse apenas na terça-feira. Se houvesse alterações formais do jurídico, a convocação da plenária pode ser retificada na terça-feira. O Sr. Affonso insistiu que o jurídico dificilmente conseguiria analisar o texto a tempo, mas concordou com a estratégia de enviar a convocação no final do dia, após a reunião. O Sr. Thièrs apoiou a sugestão da Sra. Maria Inês, argumentando que a alteração do jurídico seria de forma, e não de conteúdo, permitindo a retificação posterior. A Sra. Daniele confirmou que seria possível enviar a convocação no mesmo dia. A Sra. Maria Inês pediu à Sra. Cláudia para iniciar a apresentação sobre a readequação da PAAD e a compatibilização com as metas do contrato de gestão.

1. A Sra. Cláudia iniciou a apresentação que visava debater e montar uma estratégia para alcançar as metas do contrato de gestão. A PAAD vigente foi exibida. A Sra. Cláudia informou que, com o andamento na ocasião, o índice de execução ficaria muito baixo em relação às metas de 2025. Ela propôs uma nova tabela que incluiu: 1) Saldos remanescentes de dezembro; 2) Previsão de repasse para 2025; 3) Previsão de contratação e desembolso; 3) Saldo que pode ser alocado em futuras rubricas. Ela detalhou a primeira ação: Ação de Diretoria (viagens, reembolsos):

- Saldo: R\$100.000,00.
- Previsão para 2025: R\$123.000,00.
- Total disponível: R\$224.000,00.
- Estimativa de gasto: R\$200.000,00 (deixando R\$24.000,00 de saldo para o próximo ano).

Para a ação de “Promover apoio técnico e financeiro para o funcionamento das atividades do Comitê” (impressão de material gráfico, revista):

- Foi alocado R\$60.000,00 do repasse de 2025.
- A estimativa foi de R\$50.000,00, o que deixaria um saldo de R\$10.000,00. A Sra. Cláudia observou que no PAAD anterior não havia recursos alocados para essa ação.

1. A Sra. Cláudia continuou a apresentação da proposta de readequação do PAAD, focando em melhorar a transparência e a gestão financeira para alcançar as metas do Contrato de Gestão. Ações de Apoio ao Comitê:

- Capacitação de Membros e Colaboradores: tratava-se de uma nova ação incluída à pedido da diretoria e estaria em andamento sem custo operacional.
- Articulação e Comunicação: atividades realizadas pela assessoria, sem custo adicional.
- Plano de Comunicação Social: o plano original não foi concluído, exigindo um novo escopo e contratação, cujos custos seriam:
 - Saldo/Repasse disponível: R\$359.000,00 (R\$289 mil de saldo + R\$70 mil de repasse).
 - Previsão de contratação: R\$300.000,00.
 - Previsão de desembolso em 2025: R\$45.000,00 a R\$75.000,00 (15% a 25% do contratado).

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

- Saldo final na rubrica: R\$59.000,00.
 - Fóruns e Eventos (Juventude e Sociedade Civil): estavam em andamento e previstos. Após a alocação, ainda restaria um saldo de R\$444.850 para futuras ações de fóruns e apoio institucional.
 - Entidade Delegatária (Custos Operacionais - CUTE): foi proposto incluir o saldo da CUTE, que não é acumulativo, para maior clareza.
 - Saldo remanescente (2024): R\$1.062.000,00.
 - Previsão de repasse (2025): R\$1.451.000,00 + R\$465.000,00 (Compensação Financeira).
 - A Sra. Maria Inês e a Sra. Cláudia concordaram que as ações de apoio ao Comitê estavam adequadas na forma de apresentação e não precisariam de alterações de conteúdo neste momento.
1. A Sra. Cláudia destacou preocupação com as metas de execução, pois a meta contratual para 2025 era de 40%, mas as projeções indicavam que o Comitê atingiria apenas 12%.
- Ações Prioritárias (SIGA, Revisão do Plano, PSA, RUA):
 - Saldo Total Disponível (2025): R\$11.000.000,00.
 - Previsão de Contratação (2025): R\$2.958.000,00.
 - Previsão de Desembolso (2025): R\$1.340.000,00.
 - Saldo para futuras ações: R\$6.600.000,00.
 - Revisão do Plano de Bacia (Plano):
 - Contratação prevista (licitação): R\$2.300.000,00.
 - Desembolso em 2025: R\$85.000,00 (produto para aprovação até dezembro).
 - Saldo para ações correlatas ao Plano: R\$1.636.000,00 (ou R\$1.700.000,00 com juros).
 - A Sra. Maria Inês questionou se havia demanda do Ministério Público ou do mandato do deputado estadual Carlos Minc para que se pudesse utilizar este saldo, especialmente para o status de AIET do rio Macaé. A Sra. Cláudia confirmou que a área técnica passou por novas questões.
 - Contratação de Analista: prevista para dar suporte às ações do Plano. Custo estimado: R\$135 mil/ano, com desembolso de R\$45.000,00 até dezembro.
 - PSA e Boas Práticas:
 - Contrato vigente com a empresa contratada até 2027. Desembolso previsto em 2025: R\$269.000,00.
 - Saldo Acumulado: R\$5.500.000,00.
 - Desembolso total previsto para 2025: R\$318.700,00, incluindo reajuste pelo IPCA.
 - Não havia previsão de novas contratações para 2025.
 - Saneamento:
 - Projeto de Saneamento Rural no Alto Curso da bacia do rio Macaé: projeto

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

complexo. Seria feita a contratação de Estudo Preliminar (máximo R\$200.000), com desembolso de apenas R\$30.000,00 em 2025.

- o Plano Municipal de Saneamento: contrato com Hidrobr. Para conseguir executar o restante e desembolsar R\$200.000,00 em 2025, seria necessário alinhar o cronograma com a Prefeitura e a empresa.
- o Saldo Remanescente: R\$3.569.000,00.

A Sra. Cláudia alertou que, apesar dos esforços, se o Comitê não focasse em ações que impactem o desembolso e a contratação no ano vigente, haveria possibilidade de impacto no conceito da execução em 2025, após obter "Ótimo" em 2023 e "Bom" em 2024.

1. A Sra. Cláudia apresentou as ações de monitoramento, incluindo a finalização do aditivo para prorrogação do IQA por 12 meses (R\$99.000,00 em aditivo e R\$112.000,00 em desembolso). O principal desafio seria a aquisição de equipamentos para monitoramento quantitativo, com R\$72.000,00 destinados para a contratação da empresa + R\$40.000,00 para contratação dos equipamentos. A Sra. Adriana explicou a situação: O equipamento originalmente sugerido não estava disponível. O Sr. Thiago levantou um modelo melhor, porém com custo mais elevado, que não foi aprovado na CTLAZOC. O Professor Jader foi encarregado de buscar uma orientação e um novo modelo. A Sra. Maria Inês lamentou não ter podido participar da CTLAZOC e se comprometeu a verificar sobre o novo modelo com o Professor Jader. Ela esclareceu que a cotação inicial foi feita por ela e pelo Professor Meirelles, e o modelo mais caro, de R\$300 mil há um ano e meio, havia sido descartado na época. O Sr. Jolnnye, que participou da CTLAZOC, confirmou: o equipamento inicial não pôde ser cotado, e o molinete, que seria uma segunda opção, era de baixa qualidade e não valia o preço de cerca de R\$30.000,00 em relação aos R\$50.000,00 da estação. A busca voltou-se para um modelo mais robusto, moderno e portátil, porém a cotação estava complexa. A Sra. Cláudia levantou uma série de preocupações sobre a aquisição:

- o Logística e operação: Quem iria armazenar o equipamento? Quem iria operá-lo? O Comitê contrataria um técnico ou o Inea faria as medições?
- o Legalidade: A cotação deve seguir a Resolução Inea nº 160/2018, exigindo a busca de mercado. A Sra. Cláudia reiterou a necessidade de um esclarecimento técnico para dar andamento ao processo de cotação.

A Sra. Adriana e a Sra. Maria Inês concordaram que o grupo técnico composto pelos Professores Jader e Meirelles deveria fornecer as especificações técnicas do equipamento, para que a Entidade Delegatária pudesse então seguir o processo de cotação formal. A Sra. Adriana também confirmou que a capacidade técnica para operar o equipamento de monitoramento quantitativo (vazão) pelos próprios técnicos do Comitê seria um ponto de discussão. A Sra. Adriana e a Sra. Cláudia reiteraram as dúvidas. A Sra. Maria Inês informou que tentou contatar o Professor Jader, responsável por dar seguimento à cotação e especificações, mas ele não atendeu a ligação. A Sra. Cláudia se comprometeu que a equipe entraria em contato com ele

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

posteriormente.

1. A Sra. Cláudia continuou a apresentar as rubricas da PAAD com baixa execução e os saldos disponíveis:
 - Diagnóstico de Saneamento: O contrato anterior sofreu distrato por descumprimento, deixando um saldo de R\$459.000,00. O Comitê faria uma nova contratação, mas não havia previsão de desembolso para o ano vigente.
 - Enquadramento de Corpos Hídricos: Saldo disponível de R\$67.000,00 (R\$17.000,00 de saldo + R\$50.000 de repasse).
 - Monitoramento e Enquadramento (Total): Saldo total de aproximadamente R\$1.800.000,00 com desembolso previsto de apenas R\$160.000,00.
 - Educação Ambiental: Saldo de R\$400.000, com desembolso estimado de apenas R\$45.000,00, incluindo o "Comitê nas Comunidades", com saldo de R\$134.000,00, e a reimpressão do "Caderno de Agroecologia" (R\$24.000,00), com a previsão de desembolso em 2025 de R\$ 45.000,00.

1. A Sra. Cláudia resumiu o quadro financeiro preocupante. Para Investimentos, o valor acumulado para 2025 era de R\$20.200.000,00. A meta contratual exigia uma execução de 35% (cerca de R\$7 milhões), mas as projeções na ocasião indicavam que o Comitê atingiria apenas 18% deste valor, ficando significativamente aquém da meta. Essa baixa execução de investimento é crítica, pois impacta diretamente os Indicadores 4 e 5 do Contrato de Gestão. Além disso, o indicador de Relação Custeio/Investimento, que tem peso dois, apresentou um desequilíbrio: a meta exige que o custeio seja de apenas 20% do valor total desembolsado, mas a projeção na ocasião era de 68%. A Sra. Cláudia enfatizou que seria essencial aumentar a meta de contratação para 2025 a fim de elevar a pontuação da Delegatária do Comitê e evitar que ela caísse para o conceito "Regular" nos próximos anos.

1. A Sra. Adriana levantou a necessidade de formalizar a rubrica para "Apoio à Pesquisa" para universidades, uma ação já deliberada pelo Comitê, e questionou se este era o momento ideal. A Sra. Cláudia e a Sra. Maria Inês esclareceram que a execução em 2025 só poderia ocorrer dentro das rubricas já aprovadas no PAP 2024-2028 vigente. Para que a rubrica "Apoio à Pesquisa" pudesse ser incluída na PAAD de 2026, a proposta precisaria ser aprovada e encaminhada ao Conselho de Recursos Hídricos (CERHI) até 30 de junho de 2025. Como estratégia imediata para 2025, o grupo concordou que a melhor solução seria vincular editais de pesquisa (demanda induzida) a rubricas que já existentes no PAP e que possuíssem saldos significativos, como o Plano de Recursos Hídricos ou o PSA.

1. Para reverter o quadro de baixa execução, o grupo definiu a prioridade de desenvolver escopos de trabalho detalhados para ações com potencial de alto impacto:
 1. Comitê nas Comunidades/Escolas (Educação Ambiental): O escopo estava em estágio avançado de elaboração. Com uma estimativa de custo preliminar de R\$300.000,00,

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

essa ação poderia ser rapidamente encaminhada para contratação.

2. Levantamento de Ocupações Irregulares na Área Rural: demanda urgente do Ministério Público. O trabalho envolveria levantamento por geoprocessamento e mapeamento, podendo ser alocado na rubrica do Plano de Recursos Hídricos, que tem um saldo de R\$1.600.000,00.
3. Avaliação de Áreas para Criação de Balneários: demanda do mandato de Carlos Minc. A equipe sugeriu o nome de técnica externa que ajudasse a detalhar o escopo para que a contratação pudesse ser iniciada.
4. Ampliação do Diagnóstico do PSA: seria fundamental expandir o diagnóstico, que cobre apenas a APA do Macaé de Cima. As novas áreas prioritárias a serem incluídas seriam:
 - o O Alto Curso da Bacia do Rio Macaé.
 - o A APA do Sana.
 - o A Microbacia do Rio São Pedro (Glicério).
 - o O Município de Casimiro de Abreu (focando em córregos como o da Luz e suas RPPNs).

A conclusão do grupo foi que a equipe técnica deveria priorizar a elaboração dos escopos dessas ações de grande porte, pois elas poderiam gerar o volume de contratação e desembolso necessário para que o Comitê alcance suas metas financeiras e mantenha a boa avaliação do Contrato de Gestão.

1. A Sra. Maria Inês trouxe informações recentes do Professor Jader sobre o equipamento de monitoramento de vazão: custo R\$170.000,00. Embora o equipamento seja relativamente pequeno e fácil de armazenar, o principal desafio é a operação. O professor ressaltou que o uso do ADCP não seria trivial, exigindo a capacitação de um técnico com conhecimento específico. A Sra. Maria Inês destacou que o Comitê não teria pessoal disponível para essa tarefa e perguntou se o Inea se comprometeria a liberar e capacitar alguém. O grupo concluiu que a compra do equipamento poderia não ser a melhor estratégia, pois o Comitê não teria capacidade para operá-lo, o que poderia prejudicar o índice de execução, que já estava baixo. O Sr. Jolnnye sugeriu que, em vez de comprar, o Comitê poderia contratar uma empresa para o serviço de medição, evitando os custos e a burocracia de guarda, manutenção e calibração. O debate foi encerrado com a decisão de reavaliar a compra em uma reunião futura.
1. O Sr. Affonso questiona sobre a situação de outras ações. Ele apontou que a impressão e entrega dos PIIPs já haviam sido concluídas. Outro ponto levantado foi a adesivagem dos carros das empresas contratadas para o projeto do PSA. A Sra. Cláudia explicou que para evitar problemas legais e proteger a imagem do Comitê, seria necessário que a empresa assinasse um termo formal de que os veículos adesivados seriam utilizados exclusivamente nas atividades do projeto. Uma solução prática sugerida foi usar adesivos magnéticos, que poderiam ser retirados quando o carro não estivesse a serviço.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

O Sr. Affonso também questionou sobre o Grupo de Trabalho da Transposição. A Sra. Maria Inês esclareceu que a elaboração do escopo do diagnóstico era de responsabilidade da AGEVAP, e que essa ação não teria impacto nas metas contratuais do Comitê para 2025. O mesmo valeria para o repasse de recursos. A Sra. Cláudia concordou que, embora fossem ações importantes, elas não afetariam a meta de execução para este ano e estariam previstas na PAAD de 2026. A Sra. Maria Inês sugeriu que o Comitê incluísse na PAAD de 2025 a contratação de um analista técnico para o PSA, similar ao que já havia sido aprovado para o plano de recursos hídricos. Essa contratação ajudaria a melhorar os índices de execução, pois não envolveria a complexa elaboração de escopos. A Sra. Cláudia confirmou que dois analistas adicionais já haviam sido aprovados pelo Inea e que a proposta poderia ser facilmente incluída na planilha para envio à plenária. A conversa se encerrou com a concordância de que a equipe se reuniria na semana seguinte para priorizar a elaboração de escopos de trabalho para as ações que teriam maior impacto na execução do orçamento de 2025.

1. A Sra. Cláudia começou recapitulando o plano de trabalho vigente, aprovado com recursos do PAP, Compensação Financeira e Compensação de Uso da Água (CUTE), que cobre os custos administrativos e operacionais da sede, incluindo:

- RH Executivo/Administrativo: Coordenador executivo, coordenador adjunto e um administrativo compartilhado.
- Custos Operacionais da Sede: R\$130 mil.
- RH Administrativo: Três analistas, dois estagiários e um jovem aprendiz, totalizando cerca de R\$624 mil/ano (média de R\$52 mil/mês).
- Assessorias: R\$250 mil, com média de R\$20 mil/mês (incluindo a assessoria jurídica).

O orçamento total de custeio previsto era de R\$1.621.000,00.

A principal proposta de retificação foi a inclusão de novas posições e custos, com um acréscimo total de R\$203.000,00 no custeio de 2025.

As alterações propostas foram:

1. Administrativo Dedicado: mudar o assistente administrativo de "compartilhado" para integral para cada Comitê, devido à alta demanda por licitações.
2. Gerente de Projetos: contratar um Gerente de Projetos para coordenar as ações robustas do Contrato de Gestão e garantir um gerenciamento mais centralizado. A Sra. Cláudia informou que o edital já estava em fase de aprovação.
3. Armazenamento em Nuvem: inserir um custo para armazenamento de dados em sistema de nuvem, compartilhado com o Comitê Macaé, para aumentar a segurança e facilitar o trabalho.

O salário bruto do Gerente de Projetos foi estimado em R\$8.315,00,00, com base em valores de mercado e na remuneração paga pela AGEVAP (que paga em torno de R\$10 mil). A previsão orçamentária seria para quatro meses (setembro a dezembro) para o Gerente de Projetos, o que gerou um valor anual fracionado na planilha. A Sra. Cláudia apresentou uma projeção do quadro de recursos humanos e dos custos de custeio para 2026, com base nas novas

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

contratações propostas para 2025. O novo arranjo da equipe, incluindo os profissionais pagos como custeio e como investimento, seria composto por:

- Profissionais de Custeio (RH e Administrativo):
 - Um Gerente de Projetos.
 - Três Analistas Administrativos.
 - Três Estagiários.
 - Um Jovem Aprendiz (uma obrigatoriedade legal).
- Profissionais de Investimento (já autorizados pelo Inea):
 - Dois Analistas Técnicos.
 - Um Assessor Técnico (para o sistema SIGA).

A previsão para 2026, mantendo todo esse quadro de pessoal e os custos operacionais, chegaria a um custeio estimado de R\$2 milhões, um valor considerado muito alto. Para cobrir esse montante, seriam utilizados os R\$985 mil previstos do PAP, a Compensação Financeira e mais R\$577 mil do saldo da CUTE. A Sra. Cláudia explicou acerca da discussão em curso no Fórum Fluminense para que, a partir do próximo ano, as despesas finalísticas, incluindo recursos humanos, fossem enquadradas e pagas com recursos de investimento, o que aliviaria a pressão sobre a conta de custeio. No entanto, essa mudança ainda não estava vigente. Em resumo, a estimativa para 2026 previa a utilização de R\$ 577 mil do saldo da CUTE, que somado aos demais recursos, totalizariam os R\$2 milhões necessários para cobrir o custeio da estrutura.

1. A Sra. Cláudia retomou o assunto do orçamento, explicando que o saldo de R\$800 mil do recurso da Compensação pelo Uso da Água poderia ser utilizado em 2026. Ela ressaltou que o recurso da CUTE estava se esgotando, mas que o cenário poderia mudar se o CBH aprovasse a possibilidade de usar recursos finalísticos para despesas com pessoal, o que reduziria o custo do custeio para R\$ 1.026.000,00. No entanto, ela enfatizou que essas eram discussões em andamento e que ainda não havia certeza sobre como seriam implementadas. A Sra. Maria Inês e o Sr. Jolnnye defenderam a proposta de fortalecer a equipe, mesmo com o custo elevado. O Sr. Jolnnye destacou que, se o Comitê não tivesse uma equipe grande o suficiente, os projetos não seriam executados. A contratação de um gerente de projetos, como sugerido pelo Sr. Thièrs, foi vista como crucial para gerenciar as atividades e garantir o andamento dos projetos. O Sr. Thièrs reforçou que a falta de mão de obra era o motivo pelo qual muitos projetos não evoluíram, já que um único técnico não conseguiria dar conta de múltiplas frentes de trabalho. Ele ressaltou que o "olho crítico" de um técnico é insubstituível e, por isso, a equipe era necessária. O Sr. Jolnnye criticou a falta de execução de projetos, explicou que a equipe técnica dedicou-se à elaboração dos escopos, mas muitas sugestões trazidas pela Prefeitura não foram acatadas nos grupos de trabalho. Isso, segundo ele, comprometeu o andamento dos projetos. A Sra. Maria Inês concordou que os problemas surgem quando o escopo é aprovado sem uma análise crítica, mas defendeu que a equipe do Comitê tem o poder de interferir nesse processo antes que o escopo seja transformado em um Termo de Referência. A Sra. Cláudia e Sr. Bernard corroboraram, destacando que as constantes solicitações de ajustes em escopos já

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

aprovados geraram retrabalho e atrasam todo o processo. A Sra. Cláudia alertou que isso poderia até levar a multas e comprometer as metas do contrato de gestão. Ela mencionou o exemplo do Plano Municipal de Saneamento Básico de Rio das Ostras, que, após oito meses de contrato, ainda estava em fase de ajustes no plano de trabalho, impedindo que os técnicos avançassem. O Sr. Jolnnye esclareceu que a prefeitura estava sempre à disposição para colaborar e que, muitas vezes, os erros estavam no processo administrativo e na comunicação. A Sra. Adriana interveio, propondo focar no futuro. Ela informou que a equipe teria uma reunião para definir um novo cronograma com o intuito de estender o prazo até dezembro e resolver os problemas pendentes. O plano seria que, com um cronograma fechado e o comprometimento de todas as partes, o processo finalmente poderia avançar. A conversa se encerrou com a concordância de que a falta de análise crítica dos escopos, a sobrecarga da equipe e as constantes mudanças nos projetos foram os principais gargalos para a execução, e que o grupo deveria trabalhar em conjunto para superá-los.

1. A discussão sobre o orçamento e a execução dos projetos foi retomada. O Sr. Affonso levantou a preocupação de aprovar um aumento no PPU, como sugerido por Sra. Cláudia, se o Comitê não tivesse a estrutura para investir e gastar o dinheiro. O Sr. Bernard concordou, mencionando que foi por isso que ele classificou o aumento da equipe como "força e fraqueza" ao mesmo tempo, reforçando a necessidade de cautela nas propostas para garantir o fôlego de execução. A Sra. Maria Inês encerrou o debate sobre o ponto, solicitando que a Sra. Cláudia fizesse os ajustes finais no documento, garantindo que o texto fosse claro para a plenária, distinguindo o que estava em execução, o que eram propostas e os ajustes levantados na reunião e, em seguida, encaminhasse a recomendação de aprovação da DC para deliberação da Plenária.
2. A conversa migrou para a solicitação de um novo projeto de recuperação ambiental enviada por um proprietário da APA do Macaé de Cima.
 - O Projeto: a solicitação foi para a recuperação de uma área grande que estava sofrendo assoreamento, sendo classificada como um projeto de "restauração". A equipe viu o projeto como interessante e com potencial de grande desembolso e impacto.
 - Avaliação Técnica e Custo: o Sr. Thièrs avaliou o projeto e o considerou "barato" em relação ao que custaria uma restauração de fato. Ele apontou que o projeto não seguia a Instrução Normativa do Inea, que é o mínimo exigido para projetos com recursos do Comitê. Além disso, o projeto não previa o monitoramento da área restaurada, um item de alto custo, que equivaleria a um total estimado entre 60 e 70 mil reais por hectare, por no mínimo quatro anos.
 - Encaminhamento: a Sra. Cláudia esclareceu que o PAP (Plano de Aplicação Plurianual) atual não dispunha de rubrica para restauração de mata ciliar ou APP. Para incluir essa rubrica, seria necessário solicitar uma alteração do PAP e aprovação da Plenária e submeter ao CERHI para aprovação até 30 de junho, e a partir disso, a mudança vigoraria a partir de janeiro de 2026.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358 :: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

- O grupo sugeriu que a nova rubrica fosse incluída no PAP 2024-2028, com a denominação "Restauração de APP e Áreas de Recarga" (área de captação de chuva que abastece o aquífero), para cobrir uma gama maior de projetos ambientais importantes.

O Sr. Thièrs ficou de enviar suas sugestões de adequação do projeto, incluindo a necessidade de monitoramento e alinhamento com a Inea para o proponente. Seria feita a solicitação de alteração do PAP para 2026, com uma previsão orçamentária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão), com base na estimativa de 10 hectares a R\$100 mil por hectare, para essa nova rubrica de restauração.

Os diretores debateram e concluíram que o CILSJ deveria responder ao e-mail do solicitante. Tendo em vista a impossibilidade de contratação direta de pessoa física, a DC deliberou que o PAP fosse alterado e incluída uma rubrica e que fosse lançado edital sobre o tema, a ser informado futuramente, em função da mudança de procedimento para o repasse direto de recursos em função de serem recursos públicos.

Aprovação em 29/04/2026.

MARIA INÊS PAES PEREIRA

Diretora Presidente